

PANORAMA DA PESQUISA UNIVERSITÁRIA NO BRASIL: ANGÚSTIAS E PROPOSIÇÕES

Agatha Vianna¹

Resumo: O presente trabalho visa contribuir com as reflexões já existentes acerca da produção científica universitária do Brasil, desde a implantação do ensino superior no século XIX. Ao apresentar um painel do desenvolvimento das pesquisas realizadas nas universidades brasileiras, localizando especialmente as políticas públicas, pretende-se problematizar a quantidade e a qualidade dessa atividade ao observar que esses itens nem sempre estiveram vinculados, impossibilitando, muitas vezes, o desejado progresso do conhecimento, da ciência e da cultura do país.

Palavras-chave: Pesquisa Universitária. Ensino Superior. Qualidade. Quantidade.

OVERVIEW OF UNIVERSITY RESEARCH IN BRAZIL: ANGUISH AND PROPOSALS

Abstract: This paper aims to contribute to the already existing on the university scientific production in Brazil, since the implementation of higher education in the nineteenth century reflections. When submitting a panel of development of research conducted in Brazilian universities, especially locating public policy, we intend to discuss the quantity and quality of this activity to note that these items were not always linked, disabling, often the desired progress of knowledge, science and culture.

Key-words: University Research. Higher Education. Quality. Quantity.

1. Introdução

A Pesquisa científica, em síntese, consiste em um ato experimental, de cunho investigatório, orientado e organizado por um método que possui como objetivo a produção ou reconstrução do conhecimento científico. A pesquisa que se estabelece

¹ Graduada em Letras pela Universidade Estadual de Montes Claros (2008), mestre em Teoria Literária e Crítica da Cultura pela Universidade Federal de São João del Rei (2012), e especialista em Didática e Metodologia do Ensino Superior pela Universidade Estadual de Montes Claros (2014). Endereço eletrônico: agathavianna@yahoo.com.br

no âmbito universitário, apesar de ser a mais reconhecida, é apenas uma ramificação de um tradicional e grande sistema² de investigação científica que, no decorrer de sua história, tem sido legitimado e expandido substancialmente nos países que ainda se encontram em desenvolvimento, mas, especialmente, naqueles já classificados como primeiro mundo por forças diversas – cientistas, intelectuais, chefes de Estados, empresários, dentre outros.

Não estando restrita ao ensino superior, os objetivos da pesquisa científica são divergentes, seja a nível Estatal, econômico ou coletivo, seja a nível institucional ou mesmo individual e pessoal. Essa falta de consenso é desencadeada por uma rede de angústias a qual Schwartzman e Castro (1986) denominam de paradoxo da pesquisa científica. De acordo com os teóricos, se por um lado a pesquisa científica

(...) é entendida como atividade prática, orientada para busca de resultados socialmente significativos, e por isto frequentemente vista como inseparável da tecnologia, parte dos recursos econômicos de uma nação. Por outro, ela é parte da cultura do país, e como tal muito mais ligada a suas universidades, do que propriamente, a suas indústrias (SCHWARTZMAN e CASTRO, 1986. p.9)

Inseparável da economia, a pesquisa pode ser facilmente entendida como mola propulsora para o desenvolvimento de um país, imprescindível, portanto, o investimento nessa atividade. Como parte da cultura, a pesquisa traz respaldo à inserção das minorias nas esferas de poder, bem como transformações na sociedade como um todo.

Em face dessa situação, admite-se a importância da pesquisa em diversos setores; sua existência em importantes centros científicos e indústrias, mas também o seu estabelecimento e desenvolvimento significativo, e em maior quantidade, na universidade.

2.1. A pesquisa universitária no Brasil

2.1.1 O ensino superior e o tímido início das pesquisas

² É importante assinalar que, embora atualmente seja quase impossível desmembrar a pesquisa da universidade, a pesquisa científica, por muito tempo, floresceu distante das academias, tendo uma união efetiva apenas no século XIX, com o surgimento da universidade moderna (a Universidade de Berlim, na Alemanha, é o melhor exemplo dessa ligação).

Em território nacional, a educação superior fora por muito tempo suprimida, só conseguindo romper as barreiras no século XIX com a criação, em 1808, da Escola de Cirurgia em Salvador, Escola de Anatomia e Cirurgia no Rio de Janeiro e em 1827 das Escolas de Direito de São Paulo e Olinda. No período imperial não havia espaço nessas escolas para a pesquisa científica que, quando muito, era realizada apenas em alguns órgãos e institutos (como o Observatório Nacional, o Instituto Agrônomo, Instituto de Manguinhos, etc). Schwartzman (1982), respaldado pelos estudos de Fernando Azevedo, afirma que os primeiros resquícios da pesquisa universitária no Brasil apareceram na Escola de Medicina da Bahia, onde Nina Rodrigues, entre 1891 e 1905, esteve à frente de uma gama de atividades de pesquisas e experimentos em medicina legal. Contudo, naquela época ainda não havia a preocupação nacional de se formar cientistas no Brasil.

No final dos anos 1920, temos um novo fôlego em relação à produção científica com o Instituto Agrônomo de Campinas e também, na década de 1930, na Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (com a chegada do geneticista alemão Brieger). Ainda na agricultura, as pesquisas se intensificam nos anos 1940 na Escola Superior de Agricultura e Veterinária do Rio de Janeiro.

A noção de universidade moderna associa o ensino à pesquisa científica porque, em seu alicerce, postula a produção do conhecimento. No Brasil, temos esse modelo através do decreto nº 19.851, de abril de 1931, instituído por Francisco Campos, que determinou a “investigação científica em quaisquer domínios dos conhecimentos humanos” como desígnio basilar da universidade. Com a criação tardia da universidade brasileira, o ensino superior no país, até meados da década de 1930, esteve caracterizado, prioritariamente, pela formação de profissionais através da transmissão oral de conhecimentos acabados, o chamado ensino enciclopédico. Com o início de uma tradição de escolas profissionais superiores, a concretização da universidade em solo brasileiro seria um sonho ainda mais atardado: somente em 1934 e 1935, por meio da união de escolas profissionais superiores do Rio de Janeiro e São Paulo, surgiram a Universidade do Distrito Federal e a Universidade de São Paulo, respectivamente.

Criar Educação

Por causa de uma elite reacionária e conservadora, foram fortes as resistências à universidade, o que permitiu que Brasil ficasse “114 anos, de 1808 a 1922, sem as instituições destinadas a formular e a ministrar, no nível superior, a cultura nacional e a cultura científica pura, ou básica, ou ‘desinteressada” (TEIXEIRA, 1989, p.98). Com uma produção de ciência pouco expressiva e quase inexistente junto ao ensino superior brasileiro, percebe-se o atraso que representou o embate de uma sociedade conservadora, basicamente agrícola e rural, que não primava pela produção de uma cultura nacional e a formação de intelectuais, mas, antes, preferia perpetuar apenas o ensino de tipo utilitário. Essa posição retrógrada em relação ao conhecimento científico figura uma das raízes do descompasso ainda existente da pesquisa universitária brasileira com os grandes centros globais de pesquisa.

É certo que por muito tempo o ensino superior brasileiro praticamente não avançou, andando a passos vagarosos. Entretanto, após a primeira guerra mundial tem-se uma acentuada necessidade de desenvolvimento da ciência para dar vazão à economia que começava a se abrir para a industrialização. É assim que em 1920 é manifestada a solicitação da reforma do ensino superior com o intuito de atender as novas necessidades intelectuais, econômicas e sociais do país. Mas, da observância da necessidade de mudança até a sua concretização ainda haveria um grande caminho a se trilhar.

A partir de 1945 há certa expansão do ensino superior, embora realizada de maneira vegetativa, sem quaisquer planejamentos ou incentivos significantes à pesquisa - com exceção, é claro, da Universidade de São Paulo que, para Schwartzman (1982), foi uma experiência “revolucionária”³. Somente na década de 1960 principia-se a manifestação efetiva de políticas públicas de expansão e transformação da qualidade e realidade do ensino superior no Brasil por meio do projeto de lei de diretrizes e bases da educação que entra em pauta na Câmara Federal em 1961. A criação da Lei de Diretrizes e Bases de 20/12/1961 promulga a administração comum de cinco ou mais estabelecimentos de ensino superior

³ A USP foi fundada com base no desenvolvimento de pesquisa em tempo integral, sendo predominantemente influenciada pela Inglaterra e os EUA. A importância científica da USP está especialmente na posição de liderança no quesito publicação de artigos científicos entre as demais universidades brasileiras (entre 1998 e 2002, seus artigos indexados representavam um total de 26% da produção científica nacional). UNESC, Criciúma, v. 5, nº1, Julho/Novembro 2015. Criar Educação – PPGE – UNESC.

integrando institutos de pesquisa e de aplicação e treinamento profissional, autonomia didática, administrativa, financeira e disciplinar. Em abril de 1962, tendo como mentores o antropólogo Darcy Ribeiro e o educador Anísio Teixeira, surge a Universidade de Brasília que traz em seu bojo um modelo de educação superior inovador, criada para ser referência de excelência de ensino e pesquisa e formar profissionais engajados capazes de fomentar a transformação da cultura e ciência nacional. Era o momento de efervescência e reorganização das universidades brasileiras.

Entre 1962 a 1966, nossas universidades elaboraram novos estatutos, criaram numerosos institutos de pesquisa dando início a uma corrida contra o tempo como jamais havia acontecido, buscando posicionar nosso país no cenário universitário e científico mundial.

O decreto-lei de 18 de novembro de 1966 instaurou, dentre os objetivos fundamentais da universidade, a formação de pesquisadores e profissionais de nível superior; a pesquisa científica, filosófica e tecnológica, mas, na prática, não inseriu a pesquisa acadêmica, sobretudo nos cursos de graduação. Para Anísio Teixeira (1989), os decretos-leis assinados nesse período expressam a integração entre ensino e pesquisa, permitindo subtender que todo ensino é integrado com a pesquisa, contudo, tal teoria seria um equívoco e uma inverdade. Como analisaremos mais adiante, ainda hoje podemos perceber que essa situação - ensino atrelado à pesquisa - não se aplica integralmente.

Infelizmente, um legado de descaso com a educação superior não permitiria que soluções imediatistas ou simplistas resolvessem o atraso de nossa pesquisa universitária, existindo ainda uma grande distância entre os estatutos, as leis e a real situação vivenciada por professores que se desejavam também ser pesquisadores e pesquisadores que se queriam como professores. Anísio Teixeira (1989) lucidamente explica que, somente com a propulsão da pós-graduação poderíamos avançar nas pesquisas, pois na graduação, ou há ensino ou há pesquisa, sendo a integração desses dois itens possível apenas na pós-graduação, nível em que o acadêmico teria condições de associar seu conhecimento à pesquisa. O educador segue problematizando o julgamento de que todo ensino seja considerado como pesquisa. Segundo o mesmo, ainda que o estudante seja familiarizado com os

métodos de pesquisa não significa dizer que ele esteja fazendo pesquisa e muito menos seja considerado um cientista ou pesquisador.

2.1.2 A reforma universitária de 1968 e o desenvolvimento da pós-graduação

Como exposto acima, a pesquisa no Brasil encontrava-se majoritariamente nos poucos centros governamentais, nas principais faculdades de medicina e em algumas faculdades da USP até 1940. Desde então, medidas de reestruturação do ensino superior e a definição da pós-graduação de acordo com o modelo norte-americano por meio do parecer nº 977 de 3 de dezembro de 1965 alavancaram os debates em torno da expansão quantitativa e qualitativa das universidades. Com premência, a classe média brasileira mobilizava-se em prol de mudanças no sistema de educação superior, sobretudo no que se referia à democratização de seu acesso. Neste contexto, a aclamada e aguardada reforma universitária finalmente ocorre em 1968, em pleno período ditatorial. A lei nº 5.540/68, embora passível de críticas, foi responsável por mudanças drásticas ao instituir a criação de departamentos, substituir o regime de cátedras e instaurar o ensino como atividade indissociável da pesquisa, bem como implementar a exigência da pós-graduação para a manutenção da carreira docente.

A expansão da pós-graduação e da pesquisa no Brasil tomou impulso na década de 1970, a partir da reforma universitária de 1968 e a reorganização do sistema de pós-graduação e pesquisa nos anos seguintes, e particularmente no governo Ernesto Geisel, 1975-1980. Até a reforma de 1968, as universidades brasileiras consistiam em uma simples agregação de faculdades profissionais, entre as quais uma faculdade de filosofia, ciência e letras onde se dava a formação de professores e, em alguns poucos casos, pesquisa. (SCHWARTZMAN, p.29)

Com alguns cursos de doutorados isolados pelo país (não existia por aqui mestrado), a pós-graduação no Brasil teve sua criação específica com a Universidade de Brasília, por meio da lei nº 3.998 de 15 de dezembro de 1961. Porém, é através da reforma de 1968 que a mentalidade de formação de pesquisadores entra mais marcadamente em voga com o investimento ímpar nos cursos de pós-graduação. Órgãos como o Conselho Nacional de Desenvolvimento

Criar Educação



Científico e Tecnológico (CNPq), Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), respaldaram e financiaram a criação de programas de pós-graduação em diversas universidades, aumentando exponencialmente o contingente de pós-graduados no fim dos anos 1960 e início dos 1970. Scharzman informa-nos que, nesse período, o Ministério da Educação, para apoiar os novos cursos, criou um sistema de avaliação dos programas de pós-graduação ao mesmo tempo em que ofereceu subsídio para a concessão de bolsas de estudo para alunos de mestrado e doutorado. Coroando esse período de ebulição, temos o surgimento da Universidade de Campinas, instituição planejada para ser referência na pesquisa e pós-graduação.

Em termos quantitativos, o “milagre brasileiro” mostrou muito resultado. Em 1974 contávamos com 442 cursos de mestrado e 152 de doutorado, já em 1982 esse número subiu para 760 (mestrado) e 301 (doutorado). De 1.998 titulados como mestres e 132 como doutores, no início dos anos 1970, tivemos um salto para 3.848 mestres e 672 doutores nos primeiros dois anos da década de 1980⁴.

Sem dúvida alguma, todos os recursos financeiros e as demais iniciativas resultaram no fortalecimento e expansão da pesquisa universitária que teve seu desenvolvimento intrínseco ao surgimento e desenvolvimento da pós-graduação. Com a reforma, foi possível uma melhor valorização do trabalho científico, visto como imprescindível para o planejamento e desenvolvimento econômico e cultural, e a divisão dos estudantes: os que seriam formados para a pesquisa (buscariam a carreira científica) e aqueles que continuariam como o ensino convencional, de cunho meramente profissional.

Entretanto, nos anos que se seguiram ainda havia muita lacuna a ser preenchida. No entendimento de Anísio Teixeira, uma reforma universitária efetiva não poderia acontecer de um momento para o outro, mas sim de maneira gradual, vez que seria fruto de um árduo e efetivo trabalho para que realmente houvesse o estabelecimento de uma cultura científica no Brasil. Vale lembrar que, antes da criação do ensino superior, a pesquisa aqui existente era inexpressiva e mesmo após o surgimento das primeiras escolas superiores e, posteriormente, das primeiras universidades, ainda permanecíamos com uma investigação científica débil que

⁴ Fonte: PAULINYI (1985) *apud* COELHO (1986).

tateava resoluções para os problemas locais, sem conseguir vislumbrar ou se posicionar junto à ciência mundial, ou seja, utilizávamos uma ciência “de exportação”. Era preciso, portanto, cortar o cordão umbilical da dependência científico-cultural.

2.1 A universidade como espaço legítimo da pesquisa brasileira

Desde a reforma universitária até a primeira década do século XXI, apesar de alguns entraves, inclusive de ordem financeira, muitas políticas públicas foram estabelecidas visando ainda mais a expansão do ensino superior e, conseqüentemente, da pesquisa acadêmica. Após o arrefecimento de investimento ocorrido em 1975, entre 1986 e 1996, por exemplo, foram realizados empréstimos junto ao Banco Mundial para fortalecer a pesquisa e o ensino de pós-graduação.

Tendo uma ciência ainda jovem, em 1973, o Brasil conseguiu ocupar o terceiro lugar (atrás da Índia e da Argentina) no *ranking* dos países de terceiro mundo cujos autores produziram 50 ou mais artigos⁵. Em 1978, o Brasil passou a frente da Argentina. Apesar de, neste momento, ainda está muito atrás dos países de primeiro mundo, e continuando a ficar atrás da Índia, esses dados demonstram alguns resultados positivos dos esforços do país em avançar cientificamente.

Em 1988, temos a Constituição Federal que prenuncia o princípio de indissociabilidade do ensino, da pesquisa e da extensão por meio do artigo 207 ao caracterizar o conceito de universidade. Essa noção de “três pilares” é também descrita por SANTOS (2010, p.65) que acredita que “só há universidade quando há formação graduada e pós-graduada, pesquisa e extensão”. O ensino diz respeito, substancialmente, à transmissão do conhecimento, enquanto a pesquisa estaria ligada à produção do mesmo, por conseguinte, a extensão, articuladora das ações anteriores, seria a prática social do conhecimento. Por meio do ensino há a formação de profissionais para atuarem no mercado; através da pesquisa institui-se a cultura nacional, aprimora-se o saber e desenvolvem-se novas tecnologias. Através da extensão a universidade partilha com a comunidade sua produção e transmissão do saber com o objetivo de transformá-la. Esse tipo de estrutura,

⁵ Fonte: E. GARFIELD (1983) *apud* SCHWARTZMAN e CASTRO (1986).

Criar Educação

embasada em elementos interdependentes, permitiu assegurar à universidade brasileira a legitimidade necessária para garantir, em domínio nacional, o prestígio e reconhecimento como instituição magna de pesquisa. Atualmente é a universidade a detentora do maior número de pesquisadores e a maior produtora de conhecimento científico.

Mas, se é nas universidades que se encontra o maior contingente de pesquisas do país, não se pode comemorar o fato de que, nas duas últimas décadas, o ensino superior brasileiro tenha se expandido, visto que essa expansão tem sido realizada de maneira desordenada. Estudos recentes mostram que o ensino privado de educação superior desde a década de 1980 vem formando muito mais indivíduos que as instituições públicas. A abertura para o aumento das instituições privadas adveio, principalmente, com a privatização desse nível de ensino na década de 1990. A propagação de IES privadas demonstra o descaso do poder público que transfere suas responsabilidades a outros setores e não preza pela manutenção do ensino, pesquisa e extensão, pois são as universidades estaduais e federais que detém a liderança nas pesquisas científicas. Ao analisar a experiência brasileira em relação ao conhecimento, Scharzman (p. 31) postula que “a produção científica no Brasil está concentrada nos cursos de pós-graduação e nas universidades públicas. Das 20 entidades com maior número de artigos indexados entre 1998 e 2002, apenas três não são instituições de ensino superior”. Uma vez que há a abertura deliberada de faculdades, faculdades integradas, centros universitários, institutos e escolas superiores e centros de educação tecnológica estimula-se mais a formação profissional que a científica, porquanto nesses estabelecimentos de ensino não existe a obrigatoriedade, como acontece nas universidades, de se oferecer uma estrutura adequada para se trabalhar, necessariamente, com os três pilares da educação superior. Sem a obrigatoriedade, fica perceptível, em grande parte dessas instituições, que, quando existe a preocupação com a pesquisa científica, ela possui pouco suporte e investimento.

Além disso, nos anos iniciais do século XXI, temos no Brasil, bem como em toda a América Latina, um surto no ensino superior. Iniciativas públicas como a lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004 - que incentiva a inovação e a pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo -, e lei n.º 11.079, de 30 de dezembro UNESC, Criciúma, v. 5, nº1, Julho/Novembro 2015. Criar Educação – PPGE – UNESC.

do mesmo ano - que institui normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada -, estabelecem e fortalecem parcerias do Estado com empresas privadas nas mais diferentes áreas de atuação permitindo o desenvolvimento de pesquisas - proporcionando uma maior possibilidade de gratificação aos pesquisadores, embora tais medidas também anulem, em certa medida, a autonomia da universidade. Em 2005, o poder público continua estimulando a massificação da educação superior com a lei n.º 11.096, de 13 de janeiro de 2005, que inaugura o Programa Universidade para Todos (ProUni), um acordo que permite ao Estado, mais uma vez, transferir sua responsabilidade, “publicizando” o setor privado em troca da isenção de impostos.

Nessa conjuntura, a crítica que aqui se torna plausível realizar não se refere à defesa do engessamento quantitativo do ensino superior, mas, principalmente, na necessidade de não se perder a qualidade da formação que vem essencialmente embutida na fusão do ensino com a pesquisa. A “mercantilização da educação” representa o avanço, principalmente em relação aos números e estatísticas, porém, traz consigo, já em médio prazo, resultados nada satisfatórios. Perde-se muito ao deixar a qualidade em segundo plano. Não é de hoje que proposições assertivas vem tentando defender a melhoria do ensino com base em sua associação à investigação científica. Para Coelho (1986), por exemplo, a atividade de pesquisa é condição fundamental para a excelência da atividade docente, ou seja, instituições que abrigam professores que produzem pesquisas possuem um ganho em qualidade maior do que as que não possuem.

2.2 Quantidade Vs Qualidade

Estamos vivendo a era da revolução pelo conhecimento e a importância da produção e transmissão do mesmo tem-se acentuado cada vez mais. O fato é que nunca houve tantos universitários, acadêmicos, ou mesmo estudantes de curso superior no Brasil. Nunca se produziu tanta pesquisa científica também (seja ela caracterizada por monografias, dissertações, teses, artigos, etc). E o que dizer das pós-graduações? Nunca existiram tantos doutores e mestres em solo nacional. Embora, segundo o IBGE de 2000, a formação superior no Brasil ainda esteja

UNESC, Criciúma, v. 5, nº1, Julho/Novembro 2015. Criar Educação – PPGE – UNESC.

reservada a uma minoria (quando se trata de formação de nível superior nosso país ainda possui um dos índices de insuficiência de atendimento a jovens mais baixos da América Latina), a nível nacional, vivemos uma expansão do ensino superior jamais vista.

Neste contexto, faz-se necessário refletir sobre as atuais necessidades da nossa educação superior e indagarmos se, por acaso ou descaso, a abertura de novos cursos de graduação e também de pós-graduação tem sido realizada de maneira desordenada, atropelando o saber que se deseja adequado, para produzir apenas estatística e mais estatística.

Ao aferirmos os esforços de se instaurar uma tradição científica no Brasil, percebemos o enfraquecimento dessa cultura pela necessidade dilacerante da expansão quantitativa do ensino superior e da falta de preocupação com o estabelecimento concomitante de uma pesquisa universitária estruturada e idônea, bem como da formação de profissionais realmente capacitados, em detrimento daqueles meramente titulados.

Nesse terceiro milênio, invés de democratização, temos a massificação do ensino, conforme esclarece Santos (2010), e, como consequência direta dessa situação, a massificação da pesquisa. Em tal cenário, a análise da qualidade da pesquisa torna-se essencial para o avanço pretendido. Mesmo existindo órgãos regulamentados para a averiguação de excelência dos cursos de graduação e pós-graduação e da produção científica (CAPES, MEC, etc), no Brasil ainda é possível encontrar muita pesquisa que não chega a lugar algum ou que, no mínimo, tenha a sua qualidade questionável.

Uma das justificativas da existência da produção sem mérito está na razão de a análise de qualidade exigir um trabalho longo, dispendioso, árduo e contínuo. Outra dificuldade localiza-se no crescimento da demanda com a multiplicação de instituições de pesquisas e pesquisadores que, apesar de estarem devidamente inseridos em cursos e programas, não apresentam talento ou vocação para tal função. Ao problematizar essa realidade, Scharzman (1986, p.34) observa que quando as instituições de pesquisa crescem a grande velocidade e não possuem tradições prévias de excelência acadêmica, é bastante provável que surjam

profissionais, instituições e grupos de pesquisa que não sobreviveriam em um contexto científico mais exigente.

Se em um extremo pode-se incorrer no erro de realizar pesquisa que se configure apenas em um ritual acadêmico, no outro, há de se ponderar que, no trilhar de um caminho para o desenvolvimento do conhecimento, nem toda pesquisa, mesmo a realizada de maneira mais primorosa, deriva resultados originais. Castro (1986) deixa claro que a ciência também precisa dos resultados considerados negativos, pois, em dado momento, eles podem ser úteis.

Há muita relevância nas investigações científicas que se configuram apenas em tentativas. São necessárias enquanto base, treino e experiência, já que uma pesquisa original só é possível pelo processamento e reprocessamento do conhecimento estabelecido, não podendo surgir instantaneamente ou “do nada”. Sendo assim, o erro ou a falta de resultados esperados são partes do processo, portanto, necessários para a conquista, mais adiante, do resultado significativo e genuíno.

Outro problema que se encaixa perfeitamente no questionamento da qualidade Vs quantidade da pesquisa universitária está na conhecida “ditadura do *lattes*”. Em termos quantitativos, o bom profissional da pesquisa seria aquele que mantém seu *curriculum* sempre atualizado com números excessivos de publicações. Entretanto, esse tipo de análise pode se mostrar fraudulenta ao se realizar uma apreciação mais densa, em que pode-se questionar a qualidade e até mesmo a metodologia utilizada nessas publicações (qual a origem dessa publicação, em quais periódicos foram publicadas, seu nível de relevância, a existência (ou não) de manipulação (distribuição da pesquisa em múltiplas publicações para níveis estatísticos), etc). Se considerarmos ainda que o pesquisador da universidade também exerce a atividade de docência, podemos concluir que não basta apenas a experiência assinalada no *lattes* - ainda que tal informação seja realmente importante para a comprovação de sua competência -, tornando-se necessário também conhecer os atributos e conhecimentos pedagógicos desse profissional.

3. Considerações finais

Boaventura de Sousa Santos (2010) aponta que a universidade vem padecendo de três crises: crise da hegemonia, da legitimação e crise institucional. Como uma das medidas alternativas, desenrola-se o movimento de segmentação do sistema universitário que, irremediavelmente, faz emergir a difícil conjuntura da desvalorização dos diplomas acadêmicos. Já presente na graduação, percebe-se tal tendência alcançar também os níveis mais elevados, como a pós-graduação em sua modalidade *strictu sensu*.

Estudiosos da área são unânimes ao afirmarem que atualmente estuda-se cada vez mais, mas sabe-se cada vez menos. Weinberg *apud* Scharzman e Castro (1986) já dizia que o investimento em pesquisa (e aqui estendemos a reflexão à pós-graduação), se realizado de maneira desprestigiada, sem a preocupação estrutural devida, interfere negativamente na produção científica ao apresentar o aumento da mediocridade e diminuição da criatividade. Para o pesquisador, nessas circunstâncias, é provável ainda que se desperdicem muitos recursos financeiros em um retorno de ideias quase nulo.

A pesquisa é um exercício intelectual capaz de consolidar o saber em sua renovação e descoberta, mas, infelizmente, nos bancos da universidade, tem sido apresentada e recebida por muitos apenas como um critério burocrático, sendo seus valores - de dar suporte à formação de profissionais, desenvolver o conhecimento científico, a cultura e a economia nacional - desprezados (provavelmente pela alienação advinda da mercantilização do ensino).

Nesse cenário, talvez nossa angústia mais sintomática, e também crônica, esteja no surgimento de acadêmicos despreparados: falta, em muitos estudantes, o nível de conhecimento adequado; falta, em nosso país, uma formação de pesquisadores desde a base como defende. Marcelo Gleiser, cientista brasileiro que leciona física e astronomia em Dartmouth College, em Hanover (EUA), admite que um pesquisador se forma a partir dos anos iniciais, nos ensino da ciência de maneira prática e instigante. Se muitos alunos chegam à universidade sem qualquer tipo de formação ou iniciação à pesquisa, o problema certamente tem suas raízes na base⁶.

⁶ Felizmente essa lacuna começa a ser preenchida por meio de iniciativas como o Pibid/junior que visa incentivar cientificamente talentos do ensino médio e profissional da rede pública.

O Brasil perdeu muito ao dispensar a estruturação do ensino superior sugerida por Anísio Teixeira. Com uma proposta de divisão em três níveis (o primeiro, básico e propedêutico (de 2, 3 ou 4 anos); o segundo, profissional ou acadêmico (3 ou 4 anos); e o terceiro, pós-graduado (2 ou mais anos), o educador mantinha-se firme quanto à sua posição de defender a expansão do ensino e da pesquisa sem perder de vista o alto padrão desejado.

Isto posto, assinala-se que o propósito de conhecer o histórico da pesquisa universitária brasileira consiste na necessidade de se refletir sobre a urgência da associação do acesso e democratização da pesquisa à qualidade e excelência da mesma. Ao revisitarmos algumas mazelas e deficiências do sistema universitário brasileiro, entende-se que sustentar uma cultura de pesquisa científica de qualidade duvidosa é o mesmo que manter-se resignado frente ao supracitado fenômeno contemporâneo de “desvalorização dos títulos pela inflação de titulados por universidades sem tradição de pesquisa ou sem prestígio no ensino profissional” (COELHO, 1986, p.101). Em outras palavras, se permitirmos o sucateamento da educação superior, consentiremos também com o desenvolvimento de uma pesquisa universitária fajuta, desprezando décadas de estudos, esforços e investimentos milionários.

Referências

CASTRO, Cláudio de Moura. Há produção científica no Brasil? In: SCHWARTZMAN, Simon; CASTRO, Cláudio de Moura. *Pesquisa universitária em questão*. Campinas: Editora da UNICAMP, São Paulo: Ícone Editora – CNPq, 1986.

COELHO, Edmundo Campos. Ensino e Pesquisa: um casamento (ainda) possível. In: SCHWARTZMAN, Simon; CASTRO, Cláudio de Moura. *Pesquisa universitária*

Criar Educação

em questão. Campinas: Editora da UNICAMP, São Paulo: Ícone Editora – CNPq, 1986.

CURY, Carlos Roberto Jamil. *Quadragesimo ano do parecer CFE no 977/65*. Revista Brasileira de Educação. Set /Out /Nov /Dez 2005. Nº 30. p.7-20. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n30/a02n30.pdf> Acesso em 7 de janeiro de 2014.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *A universidade no século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da Universidade*. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2010.

SCHWARTZMAN, Simon; CASTRO, Cláudio de Moura. *Pesquisa universitária em questão*. Campinas: Editora da UNICAMP, São Paulo: Ícone Editora – CNPq, 1986.

SCHWARTZMAN, Simon. A pesquisa científica no Brasil: Matrizes culturais e institucionais. In: GONÇALVES, Ernesto de Limas. *Pesquisa Médica*. São Paulo: Editora Pedagógica Universitária; Brasília: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, 1982. p.137-160.

SCHWARTZMAN, Simon. *Pesquisa universitária e inovação no Brasil*. p.19 a 44. Disponível em: http://www.schwartzman.org.br/simon/cgee2008_simon.pdf Acesso em 11 de março de 2014.

TEIXEIRA, Anísio. *Ensino superior no Brasil: análise e interpretação de sua evolução até 1969*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1989.